

Público

22-03-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Política

Dimensão: 1842 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 12/13

# Só o Bloco de Esquerda quer o fim da Polícia Judiciária Militar

Decidir ou legislar “a quente”, na sequência do comportamento da Polícia Judiciária Militar no achamento do material de Tancos, não agrada aos outros partidos

**Militares**  
**Nuno Ribeiro**

As audições da comissão parlamentar de inquérito sobre as consequências e responsabilidades políticas do furto de material militar ocorrido em Tancos a 27 de Junho de 2017 e o seu reaparecimento, a 18 de Outubro, na Chamusca, suscitaram o primeiro debate. Em causa está a continuidade da Polícia Judiciária Militar (PJM), questão levantada na terça-feira pela anterior procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal. Entre os partidos ouvidos pelo PÚBLICO, só o Bloco de Esquerda assume a vontade de discutir a questão.

“É de reconsiderar a existência da PJM, aliás, tínhamos suscitado essa questão ao primeiro-ministro em sessão plenária já este ano”, refere João Vasconcelos, deputado do BE na comissão de inquérito a Tancos. O relato de Joana Marques Vidal, na comissão de inquérito, sobre os acontecimentos ocorridos no dia do achamento de parte do material roubado nos paióis, reforça a convicção dos bloquistas. “Deu razão às nossas dúvidas”, insiste o parlamentar.

“Tentei falar com o director da PJM várias vezes, mas nunca consegui. Chamámos a manhã inteira, e o director da PJM não devolveu a chamada à procuradora-geral da República”, descreveu aos deputados. Estes factos decorreram no dia 19 de Outubro de 2017, quando a PJM revelou o achamento do material de guerra num processo dirigido pelo Ministério Público (MP) e pela PJ sem os informar. “O director do DCIAP [Amadeu Guerra] tentou também por telemóvel, inclusive através de uma mensagem, mas não teve resposta do director da PJM, prosseguiu. No total, entre as tentativas de Joana Marques Vidal e Amadeu Guerra, o coronel Luís Vieira, actualmente em prisão domiciliária depois de detido no âmbito da Operação Húbris, foi contactado cinco vezes pela cúpula do MP e não respondeu nem devolveu a chamada.

O desencontro continuou quando a PJM barrou o acesso à PJ no campo

de Santa Margarida. “Desconheço por que a PJM não chamou a PJ, mas devia tê-lo feito, a competência de investigação fora assumida pelo DCIAP e o órgão de polícia criminal era a PJ. A PJM não tinha competências para fazer qualquer acto de investigação sem o comunicar ao Ministério Público”, insistiu a então procuradora-geral da República. Estes factos motivaram, então, uma chamada telefónica de Joana Marques Vidal ao então ministro da Defesa Nacional, Azeredo Lopes. “Liguei para mostrar a minha insatisfação. O senhor ministro estava bastante feliz por terem aparecido as armas e disse que ia ter em atenção a situação”, disse.

Nesta quarta-feira, a actual procuradora-geral da República, Lucília Gago, manifestou uma opinião diferente. “Não me foram colocados factos que me levem a um juízo de desvalor da PJM. O facto de ter acontecido um caso, ainda que grave, com quadros da PJM não me leva a pôr em causa aquela polícia”, disse aos deputados. Destacou, ainda, que não se deve alterar legislação “a quente”, o que seria necessário para acabar com a PJM.

## Nada no programa

Esta é, também, a posição maioritária dos partidos. “No programa do Governo não há nada nesse sentido”,



**Também a justiça civil precisa de estudos e tem muitos defeitos, como a justiça militar**

**Melo Gomes**  
 Ex-chefe de Estado-Maior da Armada

precisa Ascenso Simões, o coordenador do PS na comissão de inquérito a Tancos. Os socialistas preferem esperar pelo final dos trabalhos da comissão, que culminará, além das conclusões, com recomendações. Contudo, o primeiro-ministro, António Costa, defendeu, quando foi ministro da Justiça de António Guterres, entre 1999 e 2002, o fim da Polícia Judiciária Militar, por fusão com a PJ. Mais tarde, em 2006, o Governo de José Sócrates chegou a equacionar essa fusão, mas acabou por recuar, dada a oposição das chefias militares.

“Não consideramos essa possibilidade, essa questão não está em cima da mesa”, afirma, por seu lado, Jorge Machado, deputado do PCP. “O trabalho da PJM foi elogiado pelo MP no caso dos comandos”, contrapõe, referindo-se às averiguações sobre a morte de dois recrutas, actualmente em julgamento.

“Como presidente da Comissão Parlamentar de Defesa, acho que devemos esperar pelo fim da comissão de inquérito a Tancos para evitar e corrigir as falhas sistémicas de todo este processo”, considera Marco António Costa, do PSD.

“Apesar das alterações legislativas de 2002/2003 [fim dos tribunais militares em tempo de paz] que concretizaram a revisão constitucional de 1997, a PJM não sofreu alterações”, refere João Rebelo, deputado do CDS na comissão de Defesa. “Tem de haver uma reflexão profunda”, admite, sem, no entanto, avançar qual será a posição do partido.

“O PSD ainda não se definiu”, ressalva Ângelo Correia, responsável pela área da Defesa Nacional no Conselho Estratégico de Rui Rio. O antigo ministro da Administração Interna de Pinto Balsemão, especialista em temas de defesa, vê inconvenientes na sugestão de Joana Marques Vidal. “Não só tem falta de oportunidade como pode ser confundida com o que se passou em Tancos”, refere. “Tancos mostrou uma tensão manifesta que comprometeu a eficácia da acção. Daí extrairmos a passagem [da justiça militar] para a área civil é um passo que não daria, ainda não estamos



preparados para ser uma honrosa excepção e não aconselho essa mudança”, afirma. Ângelo Correia especifica que, em todos os países do Sul da Europa, a acção de crimes de especificidade militar está atribuída a corpos militares da *gendarmérie*, numa dupla dependência dos ministérios da Administração Interna e Defesa. No centro e Norte europeu, a tradição é a entrega da justiça militar a departamentos da área militar.

“Nada tenho contra um estudo aprofundado sobre a questão, mas não se pode transformar a justiça militar em justiça civil”, sublinha o almirante Melo Gomes, presidente da associação GREI [Grupo de Reflexão Estratégica Independente]. “Na justiça civil há atrasos processuais gigantes, fugas de informação cirúrgicas para a imprensa. Também a justiça

civil precisa de estudos e tem muitos defeitos como a justiça militar”, ironiza o ex-chefe do Estado-Maior da Armada.

Melo Gomes nega que a PJM esteja numa situação de limbo, assinala que, nos crimes em que são julgados militares, um juiz militar faz parte do colectivo de três juizes e recomenda ponderação. “Respeito o trabalho da ex-procuradora-geral da República, não me atrevo a discutir a legalidade da acção da PJM em Tancos, mas a eventualidade de uma acção ilegal não deve implicar juízos sobre o sistema de justiça e investigação aplicados aos crimes estritamente militares, que estão no Código de Justiça Militar, como disse a actual procuradora-geral da República”, conclui.

nribeiro@publico.pt

Joana Marques Vidal defendeu esta semana, na comissão de inquérito a Tancos, que "é de reconsiderar a existência da PJM"



## 1975

A 23 de Setembro de 1975 foi criado o Serviço de Polícia Judiciária Militar, que só em 1993 passou a chamar-se PJM

## 35

Actualmente, as Unidades de Investigação Criminal da PJM de Lisboa e do Porto têm 35 militares. Desses, 13 são oficiais e 22 são sargentos

## 310

De acordo com a revista *Visão*, em 2016, a PJM concluiu 310 processos, dos quais 39 tinham que ver com comércio ilícito de material de guerra

## 1

Apesar de ser um órgão de investigação criminal, a PJM tem apenas uma tutela, só depende, hierarquicamente, do Ministério da Defesa Nacional

## PJM tem "papel importante", diz Almeida Rodrigues

Almeida Rodrigues, ex-director Nacional da Polícia Judiciária, não desconsidera a sua homóloga militar. Ouvido ontem na comissão parlamentar de inquérito a Tancos, o homem que dirigiu a PJ durante dez anos, até há nove meses, poucas novidades deu, porque a prática na direcção daquela polícia foi a delegação de funções.

"A Polícia Judiciária Militar desempenha um papel importante no seio das Forças Armadas, a possibilidade de extinção não deve ser considerada", disse o antigo director Nacional da Polícia Judiciária, que, em duas horas de respostas, fez sempre referências sem azedume à Judiciária Militar. Ao ponto de querer dar mais relevo à sua actuação. "A PJM devia ter assento na UCAT [Unidade de Coordenação Antiterrorista]", propôs.

"A PJ ministrou formação à PJM, colaborámos em inúmeras investigações e sempre houve um excelente relacionamento", relatou. "Não sei o que terá havido neste caso concreto para desentendimentos", afirmou, estranhando o comportamento da Judiciária Militar aquando do achamento do material roubado para San-

ta Margarida. Em ambas as situações, a PJ, à qual o Ministério Público tinha atribuído a investigação, foi posta de lado e aos seus agentes foi barrado o acesso, durante horas, ao armamento recuperado.

Almeida Rodrigues recordou ter havido uma sucessão de roubos de armas em instalações militares e da PSP – Quartel da Carregueira, dos Comandos, em 2010/2011, Arsenal do Alfeite (2011), Direcção Nacional da PSP, Janeiro de 2017 e Tancos, Junho de 2017 –, sendo que só no caso dos paíóis do Exército a investigação foi atribuída à PJ. Nas outras três situações entraram em campo a PJM na Carregueira e no Alfeite, e a investigação criminal da PSP no furto das 57 Glock. Mas deste facto recusou tirar ilações para os "encontros" entre as polícias judiciárias militar e civil.

O ex-director da PJ explicou que delegava funções em 21 directores, pelo que não acompanhou as investigações de Tancos, da Unidade Nacional de Contra Terrorismo da PJ. Contudo, negou ter sido ele o autor da fuga de informação para a PJM, de que a sua congénere civil a estava a investigar, e anunciou processos para quem o afirmar.